

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MULHERES QUILOMBOLAS: protagonismo e (re) existência na luta contra a violência de gênero

Kate Titan Dias Pereira¹
Soraya Ferreira da Silva²

RESUMO

Este estudo objetivou apresentar breves reflexões sobre a violência de gênero direcionadas a mulheres quilombolas e as estratégias de enfrentamento deste fenômeno utilizadas por estas. Como metodologia, utilizou-se a abordagem qualitativa, de cunho bibliográfica e de campo, no qual se realizou uma observação participante na comunidade de Moju-Miri/Pa. No primeiro momento, intentou-se saber sobre os modos de vida e como se dava a organização política destas mulheres na comunidade. Contudo, a partir de alguns relatos de violência de gênero dentro do território, redimensionou-se este estudo para debater sobre tal questão. Entende-se que este fenômeno se consolida e se legitima através do racismo e patriarcado, os quais subjugam as mulheres por questões de raça e gênero. Contudo, mesmo com estes processos excludentes, percebe-se a força das mulheres e sua constante busca por estratégias de enfrentamento deste fenômeno e pela defesa de seu território.

Palavras-chave: Mulheres Quilombolas. Violência. (Re)existência.

ABSTRACT

This study aimed to present brief reflections on gender violence directed at quilombola women and the coping strategies used by them. As a methodology, a qualitative approach was used, of a bibliographic and field nature, in which a participant observation was carried out in the community of Moju-Miri/Pa. At first, we tried to find out about the ways of life and how these women were politically organized in the community. However, based on some reports of gender violence within the territory, this study was resized to discuss this issue. It is understood that this phenomenon is consolidated and legitimized through racism and patriarchy, which subjugate women for reasons of race and gender. However, even with these exclusionary processes, one can see the strength of women and their constant search for strategies to face this phenomenon and defend their territory.

Keywords: Quilombola Women. Violence. (Re)existence.

¹ Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Especialista em Relações Étnico-Raciais; Mestranda em Serviço Social; kate_titan@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Mestranda em Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Tratar sobre gênero e relações étnico-raciais na sociedade capitalista sempre foi um desafio, pois este sistema, para manter-se, utiliza de ferramentas que marginalizam todas as manifestações que divergem do homem-branco-heterossexual-burguês.

É necessário evidenciar que historicamente as mulheres ocuparam o lugar de invisibilidade e esquecimento, enquanto enfrentavam processos de exploração, opressão e dominação, banalizando a sua existência, bem como, criando padrões, aos quais estas não poderiam se desviar.

As mulheres negras, ainda hoje, vivenciam diversos processos de discriminações e violências somente por serem mulheres negras, isto, fruto da estrutura hierárquica e racista herdadas do período colonial (GUEDES; SALGADO, 2020). Recortando para as vivências de mulheres do quilombo, estas são protagonistas na constante luta por melhorias em prol da qualidade de vida da comunidade como um todo.

Contudo, é possível identificar diversos casos velados de violências contra as mulheres, omitidos por medo, vergonha ou pela falta de informação para identificar tais violências, influenciando diretamente no baixo registro estatístico e busca por políticas públicas.

Nesse sentido, este estudo visa abordar sobre como as estruturas históricas do racismo e do patriarcado rebatem nas relações sociais empreendidas entre as comunidades quilombolas e na própria reprodução da violência de gênero nos territórios.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e de campo, no qual, foi realizada uma observação participante na comunidade Moju-Miri, localizada no município de Moju/PA.

No momento da observação participante, a intenção primeira foi conhecer a comunidade e a forma de viver das mulheres e de como administram e coordenam

PROMOÇÃO



APOIO





as atividades políticas no seu território, a partir da sua área de conhecimento, já que se identificou que as mulheres são a maioria, no que diz respeito às lideranças, bem como na busca por melhorias da comunidade.

Além disso, pôde-se conhecer alguns espaços dentro da comunidade que eram mantidos por essas mulheres, como: a associação da comunidade, o viveiro de mudas e as áreas para o desenvolvimento de projetos. O tema da violência de gênero surgiu após a identificação de alguns relatos de mulheres que experienciaram tais situações dentro da comunidade, sendo este o recorte realizado para a elaboração deste trabalho.

Logo, para a melhor sistematização do estudo, este está organizado nas seguintes seções: por esta introdução; pela caracterização da comunidade de Moju-Miri; pelo racismo e patriarcado enquanto estruturantes da produção e reprodução da violência de gênero contra as mulheres quilombolas; pela conclusão; e, por fim, pelas referências.

2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE MOJU-MIRI

Na língua Tupi, Moju significa “Rio das Cobras”. Este se localiza no estado do Pará, mais especificamente na margem direita do rio – que é denominado de forma homônima ao município. O território que o compõe foi doado em 1754 à Irmandade do Divino Espírito Santo por Antonio Dorneles de Souza, durante a hospedagem do Bispo Dom Frei de Bulhões em seu sítio, quando realizava uma visita pastoral. Tal doação foi realizada de forma a corresponder a vontade do povo, criando-se uma freguesia³ (PARÁ, s.d.).

Quando criada tal freguesia, esta foi abandonada pelo poder público da época, ocasionando o desaparecimento da concepção de categoria eclesiástica e sendo esquecida no período da independência. A partir da criação da Lei nº 14 de 9 de

³ [...] é definido como sendo um conjunto de lugares onde vivem as pessoas. Formadas por ruas ou bairros com moradias, praças, serviços de saúde, escolas. Freguesia é a menor divisão administrativa em Portugal e no antigo Império Português, semelhante à paróquia civil dos outros países (QUINTELLA, 2019, n.p).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



setembro de 1839, conseguiu novamente a categoria de freguesia, obtendo a atual sede municipal, incluindo a jurisdição dos rios Moju e Acará (NASCIMENTO, 2017).

Este município dispõe de 27 (vinte e sete) quilombos com títulos e certificados através da Fundação Cultural Palmares (FCP), os quais pode-se citar como exemplos as seguintes comunidades: Poacê, São Manoel, Jacundaí, Envirateua, Moju-Miri, dentre outras. Dando centralidade à comunidade de Moju-Miri (pois a visita nesta possibilitou a construção deste trabalho), localiza-se às margens do Rio Moju, possuindo 150 (cento e cinquenta) moradores, aproximadamente, os quais possuem uma cultura tipicamente amazônica, dando-se destaque às práticas ribeirinhas. Sua principal forma subsistência econômica está centralizada nas culturas alimentares da agricultura familiar, sobretudo no cultivo do açaí, mandioca e na pesca artesanal (CARDOSO; PEIXOTO; AMORAS, 2021).

A via de acesso a esta comunidade se dá pelo Quilômetro 68 da Rodovia Alça Viária, a qual interliga a Região Metropolitana de Belém (RMB) com a região do Baixo Tocantins. Após isso, deve-se adentrar o Ramal Caeté, para então chegar neste território. Este possui uma extensão de 13 KM e a estrada é totalmente de piçarra. Há a opção de ir até Moju-Miri de forma fluvial, no qual o trajeto da RMB-Moju-Miri dura em torno de 3 (três) horas e o desembarque segue direto no porto da cidade (NASCIMENTO, 2017).

A partir da sistematização das narrativas orais de moradores de Moju-Miri por pesquisadores, como Cardoso, Peixoto e Amoras (2021), entende-se que este território está ocupado desde meados de 1892. As pessoas mais idosas da comunidade expuseram que neste período da história, já havia ocorrido a abolição da escravatura no Brasil. Contudo, tal informação não chegou nas localidades mais distantes dos centros urbanos, o que fez perdurar a escravização de pessoas nas fazendas do Pará.

A fuga de pessoas escravizadas pode ser considerada um ato de (re) existência destes ao trabalho forçado imposto pelos brancos, e a formação de quilombos a partir das fugas representava liberdade para estes sujeitos (ALMEIDA &

PROMOÇÃO



APOIO



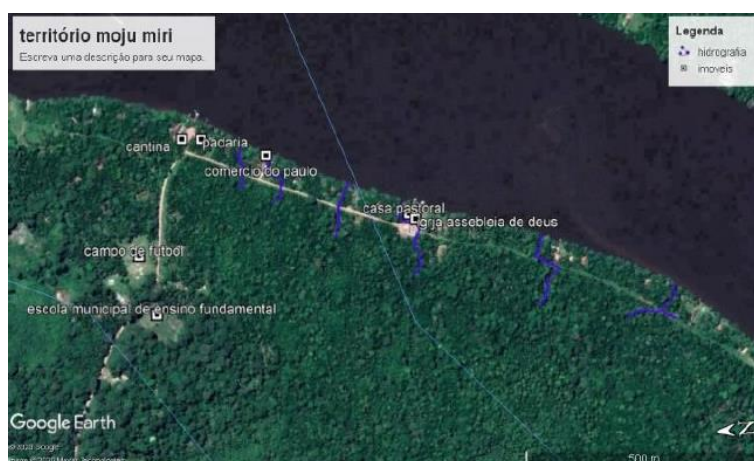
NUNES, 2018). A formação de todas as dimensões que caracterizam a comunidade de Moju-Miri também passou por este processo.

É importante evidenciar que a identidade cultural deste povo foi atravessada por diversas interferências, sobretudo por haver uma certa facilidade de acesso ao território por sua localização geográfica estratégica, a qual está situada às Margens do Rio Moju. Tal processo foi intensificado, principalmente pela criação do Porto Grande, a abertura de estradas e de ramais que acabou por facilitar o assentamento de pessoas neste território (CARDOSO; PEIXOTO; AMORAS, 2021).

É necessário ressaltar que desde os primórdios do período colonial, o Rio Moju foi esquadrihado por exploradores que vinham a procura de “drogas do sertão”, no qual, muitos destes acabaram se fixando em suas margens, o que também faz parte da formação deste território (PARÁ, s.d.).

De forma a demonstrar graficamente o território de Moju-Miri, apresenta-se abaixo na **Figura 1** o mapa da comunidade supracitada, o qual foi retirado da plataforma digital Google Earth.

Figura 1- Mapa do Território Moju-Miri



Fonte: Google Earth, 2023.

É importante destacar que, assim como afirma Quijano (2009), apesar de o período colonial ter tido o seu fim, houve uma continuidade desta dominação que se

manifesta nas estruturas sociais que subjuga, extingue e apaga tudo o que não se caracteriza como do europeu, o que pode ser denominado como colonialidade.

Esta colonialidade perpetua os processos de racismo em todas as suas dimensões e também o que pode ser nomeado de patriarcado, em que mulheres que vivem em comunidades tradicionais são atravessadas por estas questões e vivenciam cotidianamente processos de violência e opressão dentro de seus territórios. Em contrapartida, estas mulheres também (re) existem e se investem de estratégias para enfrentar estes processos, na defesa de seus corpos e de sua própria comunidade.

3 RACISMO E PATRIARCADO: produção e reprodução da violência de gênero contra mulheres quilombolas

Inicialmente, é necessário evidenciar que a categoria gênero é um modo de ser manifesto pelo gênero humano e que está envolta nas relações sociais construídas cotidianamente. Na sociedade capitalista, as relações sociais se fundamentam através do trabalho, este apreendido no sentido marxiano. Cisne & Santos (2018) expõem que a categoria trabalho na sociedade “hetero-patriarcal-racista-capitalista”, se divide em três estruturas associadas, a saber:

a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (*Idem*, p. 25).

Logo, apreender a categoria gênero dentro do capitalismo é entender que este sistema consolidou as relações sociais no patriarcado heterossexual branco, no intuito de potencializar a concentração de riquezas entre uma minoria mais abastada, utilizando-se da instituição família para legitimar e manter as “[...] relações de dominação entre classes, da propriedade privada dos meios de produção e dominação do homem sobre a mulher” (SILVA; LEHFELD, 2019, p. 106).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A constituição da sociedade brasileira é resultado de inúmeros estupros e violências contra a mulher, principalmente a mulher negra. Nascimento (2010) destaca que às mulheres brancas das classes mais altas da época atribuía-se o papel de esposa ou de “solteirona”, dependentes economicamente do homem, e limitadas – quando esposa – ao papel de procriadora. Logo, a exploração sexual das mulheres negras por parte dos senhores correspondia à liberação da função sexual masculina (prazer), que era legitimada principalmente pela moral cristã portuguesa.

Debates relacionados à desigualdade de gênero surgiu entre as décadas de 1970 e 1980 a partir do movimento feminista, tendo sua centralidade, inicialmente, no âmbito acadêmico. Este movimento objetivou desmistificar historicamente as relações desiguais entre homens e mulheres (CISNE & SANTOS, 2018).

É preciso evidenciar que dentro do debate relacionado ao gênero, existem as interseccionalidades. Neste sentido, verifica-se que o Brasil carrega uma herança histórica de negação, abandono e violência contra a população negra, principalmente com as mulheres negras. Construído sob bases escravistas, mas também por relações patriarcais que contribuíram para as diferenciações entre gêneros, o país foi construído alicerçado em desigualdades.

O debate sobre desigualdades de gênero é uma construção empreendida por pensadoras feministas, no intuito de desconstruir a ideia de naturalização das diferenças entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2009). Estas buscam, enquanto fonte explicativa, mostrar as desigualdades e relações de poder histórica e socialmente criadas em uma dada cultura.

Schumacher e Vital Brasil (2007) abordam que o movimento feminista estava centrado no enfoque de um gênero branco e ocidental e não se mostrava hábil o suficiente para superar as próprias assimetrias que atingem as mulheres, em especial as afrodescendentes. Isto foi um fator determinante para as mulheres negras se posicionarem, pois a questão racial não era inserida nestes espaços de discussão.

Avistou-se então o desafio das mulheres brasileiras na reinterpretação da revolução cultural e sexual promovida pelos movimentos feministas da Europa e dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estados Unidos. Lélia Gonzalez foi fundamental na revitalização do movimento feminista. O slogan "diferentes, mas não desiguais" foi responsável mundialmente por lutas concretas na construção de uma sociedade com equidade para as mulheres. Contudo, o movimento feminista centralizava o debate na exploração de classe e na postura antissexista, em detrimento à questão racial (GONZALEZ, 2014).

No Brasil os movimentos negros evidenciam claramente a presença crescente, e muitas vezes majoritária das mulheres, em muitos casos, é dela, mulher negra a liderança. Gonzalez (2014, p. 27), enfatiza que a mulher negra percebe a exploração dos trabalhadores, o racismo, e o sexismo, e quanto mais ela desenvolve sua participação no movimento negro, maior se torna sua lucidez e sua sensibilidade tornam-se ricas.

Historicamente as mulheres eram os principais alvos de diversas violências, sobretudo física e sexual. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero. Contudo, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016).

As diferenciações e opressões, principalmente sobre os corpos e pensamentos das mulheres negras, ocasionaram violências múltiplas, colocando-as em espaços determinados, no caso, o doméstico, a mercê de mandos e desmandos de patrões e submetendo-as a relações análogas às senhoriais escravistas.

No entanto, a força e a coragem da ancestralidade, quando incorporadas por mulheres negras, trazem estratégias de enfrentamento e de construção de identidade através da união coletiva. Com isso, os territórios quilombolas se tornaram espaços de alianças, laços familiares, protagonismos e de construção de sua própria história (GUEDES & SALGADO, 2020), representando o fortalecimento dos grupos de mulheres para a luta contra a violência de gênero.

O território do Baixo Moju no Estado do Pará tem em sua formação diversas comunidades quilombolas. Estudos como o de Fernandes e Marin (2007) apontam

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nessa região a existência de fazendas que tinham como finalidade a reprodução e comercialização de escravizados.

Pode-se destacar como um dos exemplos de fazendas com tal finalidade o exposto por Nascimento (2017), a qual salienta a construção de um casarão em Guajaraúna – localizado no município de Barcarena/PA e pertencente à Comunidade Cacoal na atualidade – pelo escravista Raimundo Barata, no qual eram mantidas escravizadas cerca de 40 (quarenta) a 100 (cem) mulheres, as quais eram obrigadas a reproduzirem e alimentarem crianças até os 10 (dez) anos, para, após esta idade, serem levadas à força, no intuito de serem vendidas na senzala de Guadalupe. Além disso, estas mulheres escravizadas tinham outras funções, como:

[...] não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negroiro (NASCIMENTO, 2010, n.p.).

É necessário evidenciar a importância em politizar as desigualdades de gênero, transformando essas mulheres em novos sujeitos políticos, assumindo, a partir do lugar em que estão inseridas, diversas perspectivas sobre violências que podem estar veladas em seus grupos. Estes possuem especificidades e precisam de um olhar atento as suas demandas, ou seja,

Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003, p. 119).

É preciso instigar a reflexão acerca do debate sobre mulheres quilombolas e suas identidades na luta contra o racismo, machismo e conhecimento de direitos às políticas públicas, contribuindo para dar visibilidade a corpos e vozes historicamente

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



silenciados e subalternizados, desvelando suas especificidades a partir de suas vozes em busca de sua emancipação.

Como formas de enfrentamento da violência de gênero dentro da comunidade Moju-Miri, as mulheres tomam a posição de liderança de importantes lugares dentro do território, como por exemplo, estas estão à frente da Associação Quilombola de Moju-Miri - AQUIMOMI e do Projeto MARIAS, no qual, lutam por melhorias e qualidade de vida e também em ações estratégicas contra a violência de gênero em seus locais.

É importante frisar que o enfrentamento de tais violências não podem ocorrer da mesma forma em que acontecem nos centros urbanos, tendo em vista que estes sujeitos possuem um processo histórico-cultural diferente do que é preconizado “na cidade”. Pensar em formas de enfrentar este processo é também considerar estratégias que não enfraqueçam a luta dos povos quilombolas e que não venham ser a razão da invasão dos grandes empresários e latifundiários dos territórios com a justificativa de “amenizar” ou “extinguir” os casos de violência nestes.

Além disso, é necessário avançar na discussão sobre a violência contra as mulheres negras quilombolas, bem como desconstruir a ideia consensual de que as políticas devem somente acolher as mulheres e punir o homem agressor, pois na prática, a realidade dessas mulheres é completamente diferente, já que na maioria das vezes, o agressor faz parte da mesma comunidade, a qual também já é bastante fragilizada no contexto de ações políticas públicas e sociais (MENDES, 2020).

3 CONCLUSÃO

A partir do exposto neste estudo, apreende-se que historicamente as mulheres foram relegadas a um lugar de subalternidade e subserviência em prol do desenvolvimento de uma sociedade patriarcal-racista. Contudo, a partir da visibilidade dos movimentos e lutas feministas, as mulheres passaram a ter um lugar, mas não ainda de centralidade no cenário social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Fundamentos Teórico-Políticos da Diversidade Humana, do Heteropatriarcado e do Racismo. In: Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. Cortez: São Paulo, 2018, p. 23-55.

DAVIS, Ângela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Luciana Sá; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Trabalho Escravo nas Fazendas do Estado do Pará. Novos Cadernos NAEA. Vol. 10, n. 1, 2007, p. 71-99.

GUEDES, Ana Célia Barbosa; SALGADO Mayany Soares. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. Revista Eletrônica História em Reflexão. Vol. 14, n. 28, 2020, p. 328-354.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

MENDES, Maria Aparecida. Marias Crioulas: emancipação e aliança entre mulheres no enfrentamento à violência doméstica em comunidades tradicionais. 159f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2019, p. 159.

NASCIMENTO, R.M.C. Comunidades Quilombolas África e Laranjituba: Um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em sustentabilidade) – Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS, Universidade de Brasília – UNB, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>>. Acesso em: 25 Jun 2023.

PARÁ. Prefeitura de Moju. História. Disponível em: < <https://moju.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 15 Jun 2023.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo: *Berlendis & Vertecchia*, 2009, p. 116-148.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Portugal: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.

QUINTELA, Ivete. O que é Freguesia, Concelho, Distrito? Disponível em: < <https://www.vpdicas.com/artigos/o-que-e-freguesia-concelho-distrito> >. Acesso em: 25 Jun 2023.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SILVA, Anabella Pavão da; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Breves Compreensões Sobre as “Cores” da Diversidade Sexual e de Gênero: situando o serviço social. Revista Temporalis. Brasília, ano 19, n. 37, 2019, p. 102-117.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Erico. Mulheres Negras do Brasil. São Paulo: SENAC, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO

